



Moção

A

Resistir
para virar
o jogo



Em duas décadas e meia, o Bloco de Esquerda tem contribuído para transformações sociais importantes e para a expressão militante de um socialismo de futuro. Este caminho exige mudanças que temos de construir coletivamente.

Os resultados do Bloco nas legislativas confirmam os efeitos da viragem à direita. Mas evidenciam também que a relação entre o partido e a sua base de apoio é demasiado dependente de canais que, devendo ser disputados, são-nos alheios ou mesmo hostis. Ao longo dos anos, opções da direção não potenciaram o nosso enraizamento e o desenvolvimento de canais próprios de comunicação. O diálogo direto com as comunidades, dificultado pela escassez de conflitualidade social organizada, exige novas respostas.

O Bloco deve ser um lugar de acolhimento e um convite à participação. Deve ser motor de convergências e também reencontrar-se no espaço que só ele ocupa e de onde pode crescer. Partimos do que somos: fidelidade ao povo explorado e estratégia de ampliação dos seus movimentos; vontade de pluralismo e convergência como base da construção partidária socialista; internacionalismo contra todos os impérios e oligarcas.

1. A VIRAGEM À DIREITA NÃO EXPLICA SOZINHA O CONFINAMENTO ELEITORAL À ESQUERDA DO PS A PARTIR DE 2022. HÁ UMA CRISE DE CONFIANÇA COM DIVERSAS CAUSAS.

Entre 2015 e 2022, o Bloco foi o maior partido de uma área política (Bloco+PCP+Livre+PAN) que somou 20% dos votos. Na sua pluralidade, apoiou propostas e projetou alternativas de progresso social e de justiça climática, tendo o potencial para se afirmar como um campo político autónomo. Quatro anos depois dos acordos da “geringonça”, estes partidos mantinham-se nos 20%, beneficiando de terem garantido, até 2019, uma estabilidade política assente numa (modesta mas real) redistribuição de riqueza: reversão de cortes e impostos, aumento do salário mínimo, passes, manuais, fim de taxas moderadoras. Nesse período, o PS manteve impasses graves nos serviços públicos, mas o plano liberal de Passos Coelho (a começar na privatização da Segurança Social) foi travado pela força da esquerda. Uma vingança política e de classe ficou então por fazer.



Nos anos 2015-2019, o Bloco de Esquerda cumpriu o seu mandato: afastou Passos Coelho e contribuiu para melhorar as condições de vida do povo. Mas o balanço político deste período acabou por ser fixado pelo PS quando o contexto internacional (covid, inflação, guerra) agravou a pressão sobre os salários, a habitação e os serviços públicos (em particular a saúde). Apesar de certo alívio da pressão da UE e de uma direita em minoria, o PS recusou qualquer acordo e qualquer reforma, preferindo provocar eleições para livrar-se dos “empecilhos” (sic), os partidos à sua esquerda. Estes, sem atuação articulada na rejeição dos orçamentos de estagnação, ficaram mais vulneráveis à tática hostil de António Costa - que lhes imputou a culpa da instabilidade política - e também depois, perante a breve maioria absoluta. Quando esta implodiu, a esquerda não foi vista como alternativa ao descrédito que se abateu sobre o PS.

O epitáfio da geringonça continuou a ser escrito pelo PS, que se dedicou à pedagogia sistemática da impossibilidade de políticas de esquerda. A descrédibilização da proposta de tetos às rendas é o exemplo mais recente dessa atuação. A redução do horizonte das alternativas condena o PS mas prejudica também o conjunto das forças à sua esquerda, tanto mais quando se apresentaram desarticuladas e sem diálogo. Entre 2019 e 2022, o somatório eleitoral Bloco+P-CP+Livre+PAN caiu 40% e, desde 2022, outros 20%. O Bloco sofre a maior queda eleitoral nos últimos três anos, perdendo metade dos votos obtidos em 2022. Em contrapartida, emergiu um novo contingente eleitoral na extrema-direita (com muito peso de ex-abstencionistas) consolidando uma vasta maioria de direita no parlamento.

Em 2025, a derrota do Bloco foi a pior de entre os partidos à esquerda. O Bloco perdeu a confiança de parte da sua base eleitoral, o que deve ser explicado pelo efeito da viragem à direita mas também por erros próprios. A resposta da direção à ofensiva sistemática contra o Bloco, limitada a respostas isoladas e sem uma resposta de conjunto, alimentou uma comunicação equívoca que agravou o desgaste público do partido.

2. COM O CHEGA NA DISPUTA DO GOVERNO, ABRE-SE UMA NOVA FASE HISTÓRICA EM PORTUGAL MARCADA PELA AGRESSIVIDADE CONTRA A MAIORIA SOCIAL.

Portugal tardou, mas acertou o passo com a Europa. Em todo o continente, o neoliberalismo destruiu a velha alternância entre direita tradicional e social-democracia, elevando a extrema-direita ao (limiar do) poder em numerosos países.

O neoliberalismo atravessa uma crise existencial desde o crash de 2008. Depois de anos de uma austeridade que enfraqueceu os serviços públicos e o trabalho, as políticas monetárias expansionistas alimentaram a finança especulativa e os gigantes tecnológicos. A inflação gerada após a pandemia e pela invasão da Ucrânia teve como resposta um aumento dos juros que castigou os salários, agravando as condições da crise.

Para estruturar novas formas de acumulação, o capitalismo requer novas formas políticas que consagrem a apropriação privada de bens comuns e serviços públicos (cujo desmantelamento consta dos programas de Milei e de Trump) e o aumento da exploração - pelo ataque às horas extraordinárias e pela desproteção legal do trabalho, da organização sindical e do direito à greve. O encargo da direita radicalizada e do neofascismo é o de acelerar a instalação deste novo



quadro. A mudança, acelerada com a reeleição de Donald Trump, já estava iniciada em diversas partes do mundo, incluindo na Europa: regimes de subcidadania para imigrantes, restrições às liberdades de expressão e de protesto, concentração de competências legislativas no poder executivo, instrumentalização política dos aparelhos judicial, policial e militar ao serviço de agendas autoritárias, presença direta de oligarcas na estrutura dos governos.

Essa transição é patente: o elogio neoliberal da desregulação e das privatizações foi elevado à exaltação da desigualdade social; além da culpabilização dos trabalhadores empobrecidos pela sua própria pobreza (acusados de iliteracia, falta de produtividade, formação, etc), passa a ser mobilizado também o racismo e até a criminalização dos segmentos marginalizados da própria classe trabalhadora; a proclamação neoliberal do “fim da história” é substituída pela pura paranoia “anti-marxista”, dirigida contra a esquerda e mesmo contra setores moderados; o culto dos “empreendedores”, doutrina escolar do neoliberalismo, é suplantado pela glorificação dos tecnoligarcas.

A radicalização da direita vai assim muito além do negacionismo climático e da perseguição conservadora. O seu programa é o capitalismo absoluto: regressão social e confinamento da esquerda.

O neoliberalismo desemboca no autoritarismo. As elites apostam na extrema-direita para acelerar a mutação do regime social e de acumulação. Onde ainda governa, o centro liberal está em decomposição. Apresentando-se como barreiras ao acesso da extrema-direita ao governo, Macron, Merz ou Montenegro procuram o voto do centro, mas é com os neofascistas que aprovam muitas das medidas económicas e de transformação social regressiva.

Em Portugal, Montenegro operou no seu primeiro ano de governo uma radicalização à direita, discursando e legislando em disputa com o Chega pelo senso comum xenófobo. Ao invés de travar o crescimento da extrema-direita, a cedência a elementos centrais da sua narrativa reforçou-a. Em maio de 2025, o Chega tornou-se o segundo partido. O novo governo AD mantém a fórmula e guina ainda mais à direita, no discurso, na estrutura governativa, na composição do governo, no programa (em grande parte escondido durante a campanha da AD) - revisão das leis laborais e do direito à greve, antecipação da meta dos gastos em defesa, e da legislação sobre imigração, nacionalidade e reagrupamento familiar.

Neste enredo típico, o PS cumpre o seu papel: cunhada por António José Seguro para os orçamentos da troika, a “abstenção violenta” é hoje reeditada sob o argumento da contenção do Chega. Agora que os partidos à direita do PS atingem os dois terços de deputados, o adiamento de alterações à Constituição é o argumento de José Luís Carneiro para viabilizar os ataques orçamentais da AD ao Estado social. Esta orientação do PS não deve, no entanto, inibir os esforços unitários para uma resistência alargada a qualquer revisão regressiva da Constituição, agora e no futuro.

Este ciclo é acompanhado por uma onda conservadora contra conquistas feministas, anti-racistas e LGBTQI+. O motor do ataque a estes avanços não é uma oposição socialmente maioritária - que nunca tiveram -, mas sim a ação de grupos que promovem a opressão patriarcal e colonial como componente disciplinar da radicalização capitalista em curso. Em paralelo, decorre um ajuste de contas com as mobilizações que na última década fizeram os avanços progressistas em



direitos e liberdades e atrasaram o projeto neoliberal e uma revisão da história recente europeia, da troika, da geringonça e mesmo da resposta à pandemia. A aceleração da ofensiva capitalista inclui um processo de desmemória.

O centro político português segue o modelo europeu na sua decomposição: agravamento das desigualdades e do ressentimento social, adesão ao senso comum xenófobo e securitário que confirma as teses da extrema-direita. Nesta situação adversa, os partidos à esquerda do PS devem reconhecer a mudança histórica e impedir que a política se reduza à dialética entre o neofascismo ascendente e o centrão liberal em crise.

3. A NOVA FASE HISTÓRICA, A CONVERGÊNCIA À ESQUERDA É UMA CONDIÇÃO DA VITÓRIA DE UMA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA À DIREITA RADICALIZADA..

Em Portugal, a extrema-direita torna-se hegemónica em amplos setores sociais, disputando o operariado industrial e fornecendo uma grelha de leitura universal - assente na manipulação dos temas da imigração, da comunidade cigana e da agitação securitária - que arrasta o conjunto do espectro político. Para travar e reverter a sua dinâmica, o Bloco assume a necessidade de convergência no espaço à esquerda do PS. De forma isolada, nenhuma das forças de esquerda será suficiente para enfrentar a ascensão das direitas. Todas as forças políticas, ativistas sociais e sindicais desta área, são assim chamados à constituição de um campo que seja referência transformadora, em choque com a governação de direita apoiada ao centro.

Esse caminho de aproximação e convergência é difícil, mas é o nosso. Ele deve ter expressão eleitoral, como nas autárquicas e nas presidenciais, e deve construir espaços e experiência social comuns, sem abandonar nenhuma bandeira - das lutas laborais ao movimento estudantil, do feminismo aos direitos LGBTQI+, da fraternidade com os imigrantes ao antimilitarismo.

É certo que o movimento sindical está em recuo, sob a pressão da direitização da sociedade e da atrofia sectária interna, mas devem ser apreciados os esforços existentes de combate sindical em contracorrente. O Bloco lutará para travar a destruição da contratação coletiva e promover o diálogo plural sem sectarismos que eleve a consciência dos trabalhadores enquanto classe. Há experiências recentes de mobilizações efetivamente unitárias e que apontam caminhos - nas periferias da capital, na habitação, no antirracismo e na resposta à violência dos bandos fascistas. No calor dessas lutas e na abertura desses espaços deverão forjar-se solidariedades que revelem o contorno de uma alternativa transformadora que enfrente e possa vencer as expressões do ódio que se mobilizam.

4. PARA ALÉM DE RESISTIR, A ESQUERDA TEM DE CONSTRUIR AS BASES PROGRAMÁTICAS DA ALTERNATIVA.

A redução do horizonte das alternativas à organização neoliberal da sociedade prejudica a capacidade da esquerda para mobilizar maiorias sociais. Para romper esse bloqueio, é necessário



promover mobilizações unitárias que possam aproveitar os conflitos sociais abertos pela radicalização à direita, mas também promover as bases de um programa alternativo para a transformação do país. "Adicionalmente, devemos inspirar-nos nos exemplos de campanhas e partidos de esquerda que, noutros países, mostram que o avanço da extrema-direita não tem de significar o recuo da esquerda radical: desde França (LFI) à Alemanha (Die Linke), do Brasil (PSOL) aos EUA (DSA).

No Estado Social, é necessário superar a armadilha que limita a esquerda a defender o que existe sem disputar novos modelos de organização dos serviços públicos de qualidade, descentralizados e de fácil acesso, que façam o melhor uso dos avanços tecnológicos disponíveis. Na habitação, devemos continuar a marcar o debate público com propostas consequentes, como os tetos às rendas, que podem e devem ser desenvolvidas e multiplicadas, nomeadamente para lidar com o problema das casas devolutas. Nas políticas fiscais e de rendimentos, é preciso declarar guerra às desigualdades, com a tributação das fortunas milionárias, que preserva a capacidade financeira do Estado para investir em melhores políticas públicas. Na política ambiental e económica, devem ser explicitados os conteúdos da planificação ecológica que ambicionamos. No trabalho, é urgente encontrar propostas mobilizadoras, que unam as exigências de sempre com novas realidades que formam as aspirações e expectativas dos trabalhadores, no fim da precariedade e na criação de tempo para viver. Nas políticas de imigração e segurança, campo fértil para a extrema-direita, é essencial construir contra-narrativas potentes, que não neguem os desafios do tempo presente e que insistam no reconhecimento dos imigrantes como parte da classe trabalhadora do país e na promoção da sua participação nas organizações de classe.

No combate ao abandono das populações nos territórios de baixa densidade, pugnaremos por políticas de verdadeira coesão social e territorial, valorizando o património natural e de combate aos extrativismos, na garantia do direito à mobilidade e pela criação de oportunidades idênticas às do litoral.

Em todas estas áreas, o Bloco deve empenhar-se na apresentação de propostas e formulações inovadoras, que marquem o debate público e disputem o lugar e a credibilidade da alternativa. O processo de revisão programática que iniciamos, e que foi interrompido por duas eleições legislativas, deve ser retomado a partir do balanço destes meses de trabalho. Este processo deve ser aberto à participação de todas e todos os aderentes, incluindo os grupos temáticos em funcionamento. Deve ser priorizado o debate de uma visão de sociedade e de transformação do país que permitam disputar o senso comum nas mais diversas áreas.

5. UM PARTIDO MILITANTE EM RECONFIGURAÇÃO.

Após a derrota eleitoral das legislativas, o Bloco continuou a ser procurado como partido de lutas e de resistência. Tendo havido saídas, houve também muitas novas adesões e regressos. Esses gestos devem ser lidos como uma exigência da intensificação da participação no Bloco e com a consciência de que se avizinham tempos diferentes, difíceis e incertos, que exigem muita preparação e mudança.

O novo contexto político em que atuamos exige uma atividade militante em que a) a democracia interna seja vivida; b) as várias organizações correspondem a campos de atuação definidos e cumprem objetivos de longo prazo. A organização que queremos construir para enfrentar a direita radicalizada exige participação, alegria, persistência, autonomia e objetivos práticos em cada estrutura. Os nossos espaços devem ser acolhedores e lugares não só de organização e debate, mas também de convívio.



Além da promoção da atividade militante, o Bloco deve promover reuniões mais politizadas, mais delegação de funções e de responsabilidades de representação do partido nos diferentes níveis territoriais e setoriais, além de promover o surgimento de novos quadros. Devem ser pensados plenários com novos formatos, que promovam a participação efetiva do maior número de aderentes, desde logo os que entraram mais recentemente no partido.

O momento atual exige um compromisso real com a tarefa do enraizamento local e social, no combate à marginalização da esquerda. Para isso, deve ser preparada uma estratégia nacional, auscultando as estruturas locais e partindo do balanço de experiências de intervenção como o porta-a-porta e outras.

Debate e decisão

O debate militante é organizado em plenários regulares de base territorial, realizados com apoio da Comissão Política e entre Mesas Nacionais. Além das decisões que lhes cabem estatutariamente, os plenários concelhios e distritais devem pronunciar-se e decidir quotidianamente no seu âmbito.

Formação

O programa de formação política do Bloco tem como prioridade a circulação de informação e a promoção de uma cultura de estudo, acompanhado e autónomo, entre os militantes, sendo gerido em articulação com as comissões concelhias e distritais. Favorece, de igual forma, o acolhimento e a integração de novos aderentes.

Comunicação interna

Os canais internos de comunicação entre estruturas, direção nacional e militantes devem formalizar instrumentos já existentes e criar novos canais, sob o formato de boletins, newsletters e outros meios digitais para facilitar convocatórias, contactos e circulação de informação. Todos os aderentes devem poder aceder facilmente a um inventário dos grupos temáticos existentes, sejam de nível nacional ou regional/distrital/concelhio.

Contudo, nenhuma forma de comunicação substitui a organização, antes pode promovê-la e complementá-la. O recurso a meios digitais e de comunicação interna não substitui a presença física nos locais de debate e de ação política, onde as decisões são partilhadas, a aprendizagem é feita em comum, em camaradagem. Por isso, a organização do Bloco deve encontrar novas formas de fomentar a militância de base e a participação política. Quem escolhe militar no Bloco deve ter uma estrutura de base para fazê-lo, seja ela a concelhia, um outro grupo local ou temático. As coordenadoras distritais e concelhias devem estimular o funcionamento contínuo de núcleos, tanto de base territorial e/ou setorial. Aqui, diferentes realidades territoriais produzem diferentes formas de intervenção partidária e a criação de comissões e grupos de trabalho deve ser flexível e diversificada.



Grupos locais, temáticos e setoriais

A experiência de grupos temáticos, sobre campanhas concretas ou questões fundamentais da luta social (feminismo, justiça climática, antirracismo, LGBTQI+, deficiência e vida independente), provou ser necessária, embora alguns deles tenham tido existências efémeras. Os grupos setoriais para desenvolver atividade profissional, sindical ou em diversas outras estruturas da sociedade são uma forma de integração, formação e intervenção política a partir do Bloco. Esta forma descentralizada de organização é difícil e exige novos hábitos de militância e novos rumos, de modo a promoverem-se organismos de base que se reúnam regularmente, escolham as suas formas de trabalho, discutam temas políticos nacionais e internacionais e deliberem sobre a atividade no seu campo. Esse trabalho deverá incluir a formulação de críticas e recomendações sobre posições tomadas ou a tomar pelos órgãos dirigentes do partido.

Intervenção de jovens

A principal tarefa dos Jovens do Bloco é a organização de base. A nível estudantil, o objetivo deve ser a criação de Núcleos de Jovens do Bloco abertos a não aderentes, nas escolas secundárias e nas instituições de ensino superior. Os estudantes organizados nestes coletivos deverão ser incentivados e apoiados na participação em movimentos amplamente unitários, que confrontam os avanços da extrema-direita e da direita radicalizada, intervindo em espaços de representação estudantil. Os Jovens do Bloco devem ainda manter à escala concelhia/distrital espaços de militância que reúnam todos os jovens, estudantes trabalhadores-estudantes e trabalhadores, com o objetivo de aprofundar a intervenção juvenil do partido. A Coordenadora Nacional de Jovens tem a tarefa de apoiar a construção destes espaços de base e promover, em articulação com as organizações de base, momentos de formação e de ação política, bem como contactos com os demais grupos de trabalho setoriais.

Novos aderentes

“O apoio no acolhimento de novos aderentes deve ser regular, com cada concelhia/distrital a organizar reuniões de “boas-vindas”, e uniformizado, com disponibilização de informações sobre a história do partido, funcionamento e eleição dos órgãos internos, atividade interna de âmbito territorial e nacional.

Registo de aderentes

Durante o primeiro semestre de 2026 serão atualizados a lista de aderentes e os cadernos eleitorais internos, a partir de um contacto pessoal com todos os inscritos.

Autofinanciamento

O Bloco será essencialmente auto-financiado, o que constituirá um dos objetivos fundamentais



do modo de nos organizarmos. O pagamento de quotas, o esforço militante, o trabalho voluntário em funções técnicas e dirigentes serão parte da nossa atividade permanente.

À direção do Bloco compete apoiar, estimular e se necessário dar os primeiros passos para a criação de estruturas de base que permitam que os militantes tenham a sua atividade organizada, informar o partido acerca dessas atividades e dos seus resultados, para ajudar a criar uma cultura ativista e transformadora.

A coordenação da Comissão Política ficará a cargo de quem encabece a lista mais votada para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda.

6. TRUMP, PUTIN E NETANYAHU, CRIMINOSOS DE GUERRA AO LEME DO MUNDO.

Os primeiros meses do governo Trump são uma nova fase da decadência da hegemonia imperial norte-americana marcada por grandes vulnerabilidades e perigos.

Putin e Netanyahu, com o cadastro da invasão da Ucrânia em 2022 e da escalada genocida em Gaza, respetivamente, celebraram a chegada de Trump à Casa Branca como aquilo que é: o enterro do Direito Internacional e a consagração da lei do mais forte. Os anúncios de paz imediata com que Trump fez a sua campanha eleitoral traduziram-se num reforço de Putin e num recrudescimento da destruição na Ucrânia, bem como numa aceleração do genocídio na Palestina e no anúncio da sua colonização integral por Telavive. A agressão israelita ao Irão, acompanhada pelos Estados Unidos, arrastou a União Europeia que persistiu na recusa de sanções a Israel, antes agradecendo o “trabalho sujo” (Merz, sic).

A deriva militarista, ao sabor das pressões de Putin ou de Netanyahu, é a mais perigosa reação de Trump à exposição das suas próprias fragilidades. Trump falhou na promessa isolacionista de instalar a pax americana em Gaza e na Ucrânia, tal como fracassou na guerra tarifária que declarou ao mundo. Perante a resposta chinesa, recuou em toda a linha, mas os impactos reputacionais e económicos da ameaça não deixarão de concorrer para a crise de hegemonia estadunidense. De igual modo, a perseguição aos migrantes - que atingiu milhares de pessoas e evidenciou a arbitrariedade racista do novo poder - abriu caminho a enormes mobilizações de massas, com forte peso da esquerda e conteúdo político abrangente.

Esta coleção de fracassos gerou, em poucos meses, fissuras no bloco MAGA: a mais estrutural foi em torno da opção pelo ataque ao Irão; a mais estridente foi a rutura com Elon Musk. Mesmo que esta não altere a aliança do trumpismo com a oligarquia tecnológica, é mais um sinal da debilidade, vindo do vértice do poder imperial. Esta debilidade torna-o ainda mais perigoso: para reafirmar a sua força, que é a força do seu dólar - resta-lhe a brutalidade, a escalada do extermínio no Médio Oriente, a militarização da repressão interna, dos movimentos sociais e dos migrantes.

A democracia e os direitos humanos contra a disputa entre potências

O Bloco sublinha hoje, como ontem, a exigência da saída de Portugal da NATO, organização belicista de carácter ofensivo e instrumento do imperialismo norte-americano. Combatemos a escalada militarista porque a paz e a segurança dos povos depende da derrota da necropolítica.



Com a mesma clareza, denunciemos a invasão russa da Ucrânia, a fraude eleitoral na Venezuela, o historial de repressão e tortura na Síria ou no Irão. Avaliemos estes processos com os mesmos critérios que usamos perante as fraudes, abusos e intervenções militares patrocinadas pelos Estados Unidos da América e pela NATO. China e Rússia participam na disputa imperialista do mundo e não configuram qualquer alternativa a essa disputa, como fica demonstrado pela estabilidade das suas relações com Israel ou pelo seu alinhamento neoliberal em questões climáticas e outras.

Para dissociar a ideia socialista do totalitarismo do passado, é necessário recusar qualquer nostalgia dos blocos da guerra fria. Recusamos o relativismo geopolítico que define uma “frente anti-imperialista” onde se incluem Estados ditatoriais e autoritários que desprezam a vontade do povo. Esse relativismo conduz ao abandono de parte da herança que identifica a esquerda: o respeito pelo sufrágio universal, pelos direitos humanos e pelo direito dos povos à autodeterminação.

A esquerda anticapitalista recusa a direitização da Europa

A extrema-direita ambiciona a hegemonia na Europa e a eliminação da esquerda e dos movimentos populares. A governação social-liberal sofreu a derrota das urnas mas também a das ideias, pois veio acompanhada de graves cedências à retórica securitária e anti-imigração. Socialistas e verdes integraram-se na coligação da direita europeia, sob a presidência de Ursula Von der Leyen e com um neofascista numa vice-presidência. Na União Europeia, os socialistas são subscritores do Pacto das Migrações e os verdes, dirigidos pelo partido alemão, rendem-se ao armamentismo. Até à sua saída do governo alemão, os verdes abasteceram Israel de armas.

O Bloco de Esquerda tem-se empenhado no reforço da capacidade de atuação do grupo parlamentar europeu A Esquerda (The Left). Esse reforço foi possível com um novo compromisso político e de organização, impulsionado com a maior articulação da plataforma política “Agora, o Povo”, que manteve o trabalho conjunto de diversos partidos, apesar da degradação das condições de cooperação e diálogo no Partido da Esquerda Europeia. As divergências que se arrastaram nos últimos dez anos no seio deste partido europeu culminaram numa crise que separou os partidos comunistas (PC francês, espanhol, italiano) dos partidos de esquerda mais representativos (France Insoumise, Aliança Vermelha Verde da Dinamarca, Aliança de Esquerda da Finlândia, Bloco). A atitude sectária perante novas forças de esquerda e os posicionamentos perante a invasão da Ucrânia tornaram a continuidade no mesmo partido europeu impossível para as forças que se opõem a todos os imperialismos e que têm agendas mobilizadoras nos seus respetivos países.

Graças à plataforma política “Agora o Povo”, que juntou estes partidos de esquerda e também o Partido de Esquerda sueco e o Podemos (Estado espanhol), surgiram as condições para uma nova e reforçada articulação que se formalizaria num novo partido político europeu, mantendo a pertença ao grupo parlamentar The Left.

Neste quadro, o Bloco de Esquerda desvincula-se do Partido da Esquerda Europeia e integra-se como membro na Aliança da Esquerda Europeia - pelo Povo e pelo Planeta, organização que reúne partidos de esquerda, verde, feministas e anti-racistas e que expressa um socialismo de futuro e parte da luta dos povos para enfrentar as políticas liberais, o neofascismo e a disputa imperialista.



A economia da atenção e a tecnoligarquia no comando

Nos primeiros dias do mandato de Donald Trump, os monopólios globais da comunicação ajustaram posição e assumiram expressamente a sua aliança com a extrema-direita global e a estratégia empresarial de promoção da agenda misógina, islamofóbica e antisemita.

O processo de mercadorização da atenção, iniciado há dois séculos com a imprensa comercial, deu um salto qualitativo no século XXI. Com a generalização do acesso ao telefone com internet, a disputa capitalista pela atenção passou a abranger todas as geografias, toda a humanidade, desde a primeira infância, sob reduzida regulação e em rápida sofisticação técnica, mediando a realidade e ocupando os sentidos humanos, com grandes impactos no modo de vida e na existência individual.

A concentração dos fluxos de informação em monopólios globais, colossos financeiros assentes na receita publicitária e na mediação comercial, sufocou o potencial original da internet, descentralizador e democrático. Estas empresas monopolistas da atenção mercantilizada têm um poder político sem precedentes e sem escrutínio real. Os seus proprietários promovem e financiam projetos políticos regressivos nos cinco continentes, fornecendo os instrumentos de manipulação de massas e operando verdadeiros ataques à soberania popular.

Além da transição autoritária, o poder das tecnoligarquias é um fator de transformação da exploração do trabalho, que estrutura em plataformas algorítmicas as formas mais extremas de extração de valor e atomiza os indivíduos em modelos de subsistência à margem da proteção legal existente.

Noutro plano, o armazenamento dos dados digitais de que o novo capitalismo se alimenta obriga à construção de equipamentos gigantescos, superintensivos em eletricidade e geradores de um fardo energético em grande medida supérfluo (sistemas de validação de criptomoedas; inteligência artificial de uso lúdico, etc), incompatíveis com qualquer objetivo climático.

O curso da inovação tecnológica demonstra a urgência do plano ecossocialista para impor propriedade e regulação públicas, bem como de instituições de Direito Internacional que articulem objetivos de paz, segurança energética, saúde pública, justiça climática e proteção de bens comuns essenciais, entre estes a própria informação.

O poder dos tecnoligarcas é, em si mesmo, uma ameaça existencial à democracia, por reduzir o acesso à informação e reduzir o espaço público a zonas privatizadas que integram o projeto da direita autoritária. A informação fidedigna é condição da liberdade política. Este simples facto obriga à maior frente social para combater o poder dos tecnoligarcas e neutralizar as suas armas de manipulação massiva. De igual modo, lutamos pela imposição da lei laboral ao trabalho recrutado através de plataformas, visando a eliminação do comércio de mão-de-obra em zonas digitais de não direito.

Cooperação competitiva com riscos bélicos reais existenciais

A atual competição geoestratégica agressiva - termo de Von der Leyen - não trava a integração do capital e a interdependência económica, tecnológica e energética. China e EUA coexistem no G20 enquanto ensaiam uma guerra comercial e manobras militares. Uma das maiores fábricas de automóveis de Elon Musk situa-se em Shanghai; é na China que se fabricam componentes



essenciais para a indústria de armamento norte-americana e israelita; a economia chinesa é um dos terrenos de atuação dos chamados "proprietários universais", os fundos de investimento com interesses em todas as geografias (BlackRock, Vanguard, Apolo, etc). A China detém a terceira maior quota no FMI.

Esta cooperação desenvolve-se em paralelo com uma dinâmica de conflito que se acentua. Interessadas no desgaste militar da Rússia, as potências ocidentais procuram escalar o conflito como uma guerra por procuração, instalando uma dinâmica de guerra fria e uma corrida aos armamentos. O mesmo tipo de dinâmica ocorre em torno de Taiwan, entre os EUA e a China.

A resistência ucraniana à invasão russa tem a legitimidade que assiste a qualquer país invadido e o mesmo direito a procurar apoio militar para defender o seu território e o seu povo. Essa legitimidade não justifica a orientação da NATO e das potências ocidentais contra soluções negociadas que garantam a neutralidade da Ucrânia e o fim da guerra.

A União Europeia contra o Direito Internacional e a ONU

O militarismo força o consenso para retrocessos sociais excepcionais. A passividade diplomática perante a escalada na Ucrânia condiz com o ativismo armamentista do plano de "Rearm" que a UE conduz sob tutela da NATO. A necropolítica europeia banaliza também a contribuição da UE para eliminar milhares de vidas humanas consideradas descartáveis - seja em Gaza, seja nas águas do Mediterrâneo.

O complexo pela culpa no holocausto junta-se aos velhos fantasmas colonialistas e islamofóbicos da Europa e colam-na ao projeto sionista. Sob os escombros de Gaza, jazem também as instituições de Direito Internacional, desautorizadas pelos próprios Estados que as subscrevem. Ao abastecer o genocídio com armas, dinheiro e propaganda, a União Europeia é cúmplice de um crime que está a ser testemunhado globalmente. O extermínio em direto mudou o mundo.

A marginalização das Nações Unidas é um retrocesso para a luta dos povos e para estratégias multilaterais de paz e desarmamento. A persistente mobilização da juventude prova que há uma geração que compreende o significado do genocídio na Palestina e que está disposta a tentar travar a barbárie global.

O alinhamento do governo português com esta política é completo, como se verifica na recusa de reconhecimento do Estado palestiniano; na cumplicidade com os acordos UE-Marrocos ou na co-organização com a ditadura marroquina de competições desportivas que implantarão infraestruturas em territórios saharauís ocupados ilegalmente.

A Europa assume o capitalismo de catástrofe

O pós-pandemia prometeu desglobalização e valorização do Estado prestador de cuidados e proteção. As regras da austeridade europeia chegaram mesmo a ser suspensas para estímulos de investimento às transições "verde" e "digital". O recuo da UE na política climática, preterida a favor do aumento da despesa em armamento, soma-se à tendência mundial registada nas COP, de recusa das potências em cumprir as metas de Paris e do assumido regresso dos conglomerados da energia a uma agenda de extração ilimitada de combustíveis fósseis. A melhor promessa dos Estados e das multinacionais é a adaptação dos mais fortes a um capitalismo de catástrofe.



A crise climática é, a par com a militarização do mundo, a expressão mais brutal da falência do modelo capitalista, que transforma o planeta num campo de extração ilimitada e os povos em vítimas descartáveis da sua lógica de acumulação. A promessa de transição verde foi capturada pelas mesmas empresas que lucram com a destruição ambiental, convertendo metas climáticas em slogans publicitários enquanto expandem a exploração de combustíveis fósseis.

O Bloco de Esquerda é a força de um programa ecossocialista como resposta aberta às crises cruzadas do nosso tempo. Esse programa é uma aliança internacional de resistência à guerra e ao novo fascismo, em nome do futuro comum da humanidade. O Bloco é esse compromisso com o povo e é essa vontade de lutar.
